

  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 4ª  
SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

No décimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência do vereador John Wayne. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Sílvia Letícia fez um relato dos acontecimentos nos últimos dezesseis dias em Belém em relação à greve unificada dos servidores públicos municipais, com a participação dos funcionários de dezoito secretarias da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Explicou que a greve reivindicou reajuste salarial adequado e melhores condições de trabalho. Devido à falta de diálogo e entendimento com a PMB, retomou, os servidores utilizaram diversos mecanismos para tentar a negociação - através do Gabinete do Prefeito, buscando a Secretaria Municipal de Administração – Semad, o Ministério Público e vários setores da sociedade - reivindicando o realinhamento do salário-base do município ao salário mínimo nacional, o reajuste do vale-alimentação, o pagamento do piso salarial nacional do Magistério e do piso salarial nacional da Enfermagem. Enfrentaram então a intransigência da gestão municipal, que anunciou um reajuste salarial de apenas 3,71%, não oferecendo mais nada. Foram então à Semad, tentaram negociar e aguardaram por quase três dias a resposta da secretária Jurandir Novaes, permanecendo em frente à sede da secretaria, relatou. A secretária não lhes deu o retorno e saiu uma nota afirmando que os servidores promoveram cárcere privado e depredaram o prédio, acusações que foram desmentidas pela perícia científica do estado, atestou. A negociação somente ocorreu no dia 08 de abril passado, historiou, com a PMB apresentando uma proposta que levou à suspensão do movimento, garantindo o reajuste de 3,71% no realinhamento salarial de todos os servidores e um aumento de 8,1% no valor do vale-alimentação, que passou de R\$370,00 para R\$400,00. Obteve-se a não punição do movimento grevista e o abono dos dias parados, garantindo-se a continuidade do pagamento, por noventa dias, do vale-alimentação aos funcionários que se afastam por motivo de doença, acrescentou. Foram também garantidas as mesas setoriais de negociação para que os servidores organizados possam dialogar com as secretarias municipais para garantir a construção dos planos de carreira. A greve foi suspensa, mas o funcionalismo segue mobilizado, esclareceu, visando obter o mínimo de valorização dos servidores públicos em Belém. Pediu o apoio dos demais parlamentares para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO relativa ao exercício de 2025 estabeleça a previsão orçamentária permitindo o realinhamento do salário-base do funcionalismo municipal de Belém ao salário mínimo nacional, frisando ser essa a principal reivindicação dos servidores. Além disso, reiterou, a PMB deve pagar o piso salarial da Enfermagem e o piso salarial do Magistério, melhorar as condições de trabalho nos órgãos municipais e realizar concursos públicos para completar os quadros funcionais. Denunciou que os servidores indicados por critérios políticos estão promovendo assédio moral dentro das secretarias municipais, o que é inadmissível. Parabenizou o movimento grevista, considerando que foi vitorioso ao unificar o funcionalismo municipal e superar a política de reajuste zero da PMB. Fimdo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Allan Pombo. John Wayne fez referência ao fim da janela partidária, no último dia seis de abril, citando as várias mudanças ocorridas na composição dos partidos na CMB. Informou que a bancada do MDB é agora composta nesta Casa, além de si, pelos vereadores Bieco, Blenda Quaresma, Wellington Magalhães, Neném Albuquerque, Pablo Farah, Paulo Queiroz, José Dinelly, Fábio Souza, Fabrício Gama, Goleiro Vinícius, Renan Normando e Roni Gás. Comentou que isso mostra a força do MDB em nossa capital, a força do governador Hélder Barbalho, o mais bem avaliado do país, e do ministro Jáder Filho. Asseverou aos vereadores que ingressaram recentemente no partido terem feito uma boa escolha porque o MDB não deixará ninguém na mão, pois manterá o número de cadeiras neste parlamento e o vereador somente não se reelegerá se não ficar entre os mais votados. Explicitou que, segundo as avaliações feitas, o MDB conseguirá na eleição próxima de dez a onze vagas nesta Casa de

forma direta, podendo chegar a catorze vereadores com as sobras eleitorais. Pablo Farah inteirou sobre requerimento de sua autoria solicitando que este parlamento manifeste Voto de Repúdio ao sargento PM da reserva remunerada Cristóvão Augusto Alcântara Evangelista por ter matado Paulo Alexandre Silva Dias, torcedor do Clube do Remo, após o jogo entre Remo e Paysandu do domingo anterior. Contou que Cristóvão Evangelista, há trinta anos, matou Sônia Araújo Rossi, cumprindo por esse crime apenas quatro anos de prisão. Julgou inaceitável que após cumprir pena o policial tenha sido reformado, com proventos bancados pelo contribuinte, e tenha usado a arma do estado para matar novamente. Parabenizou a Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA por ter realizado neste dia a prisão de delinquentes travestidos de torcedores. Clamou por justiça, por uma legislação mais rígida estabelecendo punição exemplar aos assassinos, resguardados todos os direitos que lhes são concedidos. Pediu o apoio de seus pares à aprovação desse requerimento. Em aparte, manifestou-se o vereador Mauro Freitas. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Pablo Farah disse sempre ter lutado pela valorização dos bons policiais. Estabeleceu que a greve é um direito dos servidores e estes têm a obrigação de melhor servir à sociedade. Fez votos de que o auxílio fardamento seja concedido aos membros da Guarda Municipal de Belém – GMB e que esta Casa logo discuta o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR dos seus integrantes e de todos os servidores municipais de nossa capital. Parabenizou o governador Hélder Barbalho pelo compromisso demonstrado com o povo paraense e com a cidade de Belém, trabalhando intensamente pelo bem do Pará e arrastando as pessoas através do exemplo. Além de obras e equipamentos, pontificou, é necessário valorizar o servidor público que presta o serviço à população. Tal valorização ocorre agora em nível estadual e gostaria que o mesmo se desse no município, expressou. Criticou a realização indiscriminada da modalidade Processo Seletivo Simplificado – PSS para preenchimento de vagas no serviço público, alegando que ela leva à precarização do atendimento. A realização de concursos públicos é o melhor caminho para afastar a corrupção e melhorar o serviço prestado, testificou. Expressou estar feliz por fazer parte agora do MDB, tendo se preparado anteriormente para estar no partido. Pela liderança do PSDB, Mauro Freitas referiu que o partido nesta eleição está federado com o Cidadania, reportando ter feito várias reuniões com os dirigentes desta agremiação política para a montagem da chapa. Registrhou a participação intensiva neste processo do deputado federal Nilson Pinto, presidente estadual do PSDB, de Lena Pinto e da deputada estadual Cilene Couto. Anunciou que também farão parte da chapa da federação PSDB – Cidadania o vereador Lulu das Comunidades (pelo PSDB) e Émerson Sampaio (pelo Cidadania), citando outros pré-candidatos que a integrarão. Externou não ter dúvidas de que conseguirão eleger três vereadores no próximo pleito, esperando que a disputa eleitoral seja limpa, sem ataques pessoais e compra de votos. A esse respeito, lamentou que apenas cerca de 30% dos eleitores vote por opinião - escolhendo os candidatos pelo perfil e pelo trabalho que fazem - e a grande maioria não valorize isso, preferindo vender o voto e até forçando os políticos a optar por essa forma de atuação durante a campanha eleitoral. Pela liderança do PSOL, Sílvia Letícia afirmou acompanhar a luta dos servidores públicos federais contra a política de não reajuste salarial adotada pelo governo, saudando a greve nacional dos funcionários técnicos e auxiliares das universidades e institutos federais. Cientificou que, a partir do dia 15 de abril vindouro, os docentes dessas instituições também entrarão em greve. Indicou que dentre as reivindicações desses profissionais estão também o fim da lista tríplice para a escolha dos reitores das universidades, o fim do novo Ensino Médio e dos cortes de verbas das universidades. Divulgou a realização pelo movimento grevista unificado de uma marcha a Brasília, no próximo dia 16 de abril, para tentar uma negociação com o governo federal. Noticiou depois a realização neste dia de uma assembleia e de um ato dos servidores estaduais, em frente à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – Seplad. Contou em seguida ter participado de ato realizado na Casa do Idoso pedindo à PMB a reforma do espaço ou um novo espaço que possa atender de forma digna os idosos no município de Belém. Participou também que o Fórum de Entidades Sindicais solicitou ao governo municipal a saída de toda a equipe de gestão do HPSM do Guamá devido às inúmeras denúncias de assédio moral contra os funcionários daquela unidade de saúde. Pelo mesmo motivo, continuou, pede-se também a saída da atual gestora do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – Samu. O assédio moral não é aceitável, apontou, observando existir uma lei de autoria do vereador Fernando Carneiro que proíbe essa prática no serviço público municipal de Belém, ampara as vítimas e estabelece as penalidades para os gestores assediadores. Pelo PDT, Allan Pombo questionou o que justifica a existência de quase trinta partidos políticos no Brasil. Confessou achar estranho o processo político brasileiro com vários partidos confusos em relação ao que defendem e o que representam em nosso país. Deu as boas-vindas ao vereador João Coelho ao PDT.

Recordou ter sido, por sete anos, secretário-geral do partido, contando ter assumido recentemente a vice-presidência do PDT no Pará. Avaliou que os componentes da chapa formada para concorrer à próxima eleição têm a essência do partido e nele estão à vontade, destacando que o PDT é nacionalista e defende a educação como forma de emancipar o povo brasileiro. Relatou ter participado, nesta data, da reinauguração de uma escola pública municipal no Conjunto Satélite, renomeada como Escola Municipal Padre Bruno Sechi. Parabenizou o governo municipal não apenas pela excelente reforma, mas também porque a unidade de ensino funcionará em tempo integral atendendo 600 alunos. Descreveu que a criança entrará na escola às sete e trinta, tomando então o café da manhã. Em seguida estudará, almoçará e tomará banho. No contraturno, retomou, ela participará de atividades esportivas, de lazer e culturais, como o teatro. Terá também lanche e jantar, voltando para casa no final da tarde, morrendo de vontade de voltar para a escola no outro dia, presumiu. Opinou que este modelo de escola de tempo integral salvará o futuro de gerações, declarando que voltará à unidade de ensino e passará o dia vendo como funciona o processo pedagógico adotado. Expôs a intenção de enviar requerimento à PMB solicitando que mais escolas desse tipo sejam construídas, pois o investimento em educação é a política pública que de fato emancipa o povo brasileiro. Pela liderança do PSD, Josias Higino discorreu que sua missão é acompanhar a atuação do Executivo Municipal, discutir e votar os projetos por ele enviados a este parlamento e os projetos elaborados pelos integrantes desta Casa. Assegurou ter feito a sua parte como vereador no decorrer dos anos realizando trabalhos sociais, promovendo cursos profissionalizantes e cursos itinerantes em bairros como Guamá, Terra Firme, Cremação, Jurunas, Condor, Pratinha e nas ilhas de Outeiro e Mosqueiro. Notificou desenvolver um projeto social que atinge mais de trinta mil crianças. Declarou que continuará a colaborar para dar governabilidade à gestão municipal, apoiando as iniciativas que trouxerem benefícios à cidade e esperando haver quanto a isso reciprocidade por parte da PMB. Aludiu ao mutirão que será realizado pela empresa Ciclus Amazônia para fazer a limpeza de nossa capital, a partir do dia 15 de abril vindouro. Em seguida, o presidente John Wayne, representando a Mesa Diretora da CMB, comunicou a filiação partidária do vereador Moa Moraes ao PV, a filiação do vereador Miguel Rodrigues ao PSD, a filiação do vereador Lulu das Comunidades ao PSDB e a filiação do vereador Renan Normando ao MDB. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Fabrício Gama pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, o presidente John Wayne fez a leitura de ofício convocando os parlamentares a reunir-se em sessões extraordinárias, em regime de tantas sessões quantas forem necessárias, a partir do dia 11/04/2024, a partir das dezenas horas, no Auditório João Batista, para discutir e votar projetos de lei de autoria do Executivo Municipal: projeto que "Altera a denominação do Instituto de Previdência do Município de Belém – IPMB para BELÉMPREV e dá outras providências", constante no Processo nº 348/2024; projeto que "Dispõe sobre a regulamentação do § 3º do artigo 8º da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, e disciplina sobre as regras para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, o funcionamento das comissões de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional", constante no Processo nº 368/2024; projeto que "Cria o Serviço Público de Loterias e autoriza o Poder Executivo Municipal a estabelecer regramentos para exploração direta ou indireta dos serviços públicos de loterias, denominado Loteria de Belém – LOTBEL", constante no Processo nº 401/2024. A seguir, o vereador Fabrício Gama pediu Questão de Ordem solicitando que os projetos constantes na pauta da Primeira Parte passassem para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Retomou-se posteriormente a votação do requerimento do vereador Fábio Souza solicitando que esta Casa manifeste Voto de Repúdio ao reitor da Universidade Federal do Pará – UFPA, senhor Emmanuel Tourinho, por tentar cercear-lhe a palavra ao denunciar os atos de capacitismo no processo eleitoral para a escolha do futuro reitor daquela instituição de ensino. Fizeram encaminhamentos os vereadores Bia Caminha, Allan Pombo, Mauro Freitas e Gizelle Freitas. Posto em votação nominal, o requerimento foi rejeitado por maioria, com vinte e um votos contrários e uma abstenção, sem votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Amaury da APPD e Enfermeira Nazaré Lima. Em seguida, o presidente John Wayne comunicou a filiação partidária do vereador José Dinelly ao MDB. Procedeu-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Bieco solicitando dois dias de licença parlamentar, em 10 e 11 de abril corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se posteriormente à leitura do requerimento da vereadora Bia Caminha solicitando

que esta Casa manifeste Moção de Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 128/2015 (PEC das Milícias), atualmente em trâmite na Câmara Federal. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por unanimidade. Justificou seu voto a vereadora Bia Caminha. Foi feita a seguir a leitura do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, versão *online*, em 02/04/2024, intitulada "Autismo: famílias têm direito a descontos na conta de luz". Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Émerson Sampaio. Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se em seguida a leitura do requerimento do vereador Pablo Farah solicitando que esta Casa manifeste Voto de Repúdio contra o sargento reformado Cristóvão Augusto Alcântara Evangelista por ter matado Paulo Alexandre Silva Dias, torcedor do Clube do Remo. Posto em votação nominal, o requerimento foi aprovado por maioria, com dezessete votos favoráveis e uma abstenção, sem votos contrários. Justificou seu voto o vereador Pablo Farah. Encerrada a Primeira Parte, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Reassumiu em seguida a presidência da Mesa o vereador John Wayne e o vereador Fabricio Gama pediu Questão de Ordem solicitando que o projeto constante no Processo nº 422/2024, de autoria da PMB, entrasse em discussão, sendo seus artigos votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de decreto legislativo que "Solicita autorização para viagem internacional, período de 24 a 27 de abril de 2024, para o ~~excelentíssimo~~ senhor vice-prefeito Edilson Moura", constante no Processo nº 422/2024, de autoria da PMB. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura do projeto. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de decreto legislativo que "Solicita autorização para viagem internacional, período de 24 a 27 de abril de 2024, para o ~~excelentíssimo~~ senhor vice-prefeito Edilson Moura", constante no Processo nº 422/2024. Posteriormente entrou em discussão única e votação o projeto de lei que "Altera a denominação do Instituto de Previdência do Município de Belém – IPMB para BELÉMPREV e dá outras providências", constante no Processo nº 348/2024, de autoria da PMB. A seguir, o vereador Fabricio Gama pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Altera a denominação do Instituto de Previdência do Município de Belém – IPMB para BELÉMPREV e dá outras providências", constante no Processo nº 348/2024. O vereador Fabricio Gama pediu a seguir Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto constante no Processo nº 368/2024, de autoria da PMB, fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Justificou depois seu voto a vereadora Sílvia Letícia. Posteriormente entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Dispõe sobre a regulamentação do § 3º do artigo 8º da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, e disciplina sobre as regras para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, o funcionamento das comissões de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional", constante no Processo nº 368/2024, de autoria da PMB. Na discussão, não houve oradores. Procedeu-se depois à leitura do projeto. Fez o encaminhamento a vereadora Sílvia Letícia. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por maioria, em bloco e de forma simbólica, registrando-se os votos contrários dos vereadores da bancada do PSOL. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Dispõe sobre a regulamentação do § 3º do artigo 8º da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, e disciplina sobre as regras para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, o funcionamento das comissões de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional", constante no Processo nº 368/2024. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Em seguida, o vereador Fabricio Gama pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto constante no Processo nº 401/2024, de autoria da PMB, fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por maioria pela plenária. Entrou a seguir em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Cria o Serviço Público de Loterias e autoriza o Poder Executivo Municipal a estabelecer regramentos para exploração direta ou indireta dos serviços públicos de loterias, denominado Loteria de Belém – LOTBEL", constante no Processo nº 401/2024, de autoria da PMB. Na discussão, não houve oradores. Posteriormente, foi feita a leitura do projeto. Fez o encaminhamento a vereadora Sílvia

Letícia. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Cria o Serviço Público de Loterias e autoriza o Poder Executivo Municipal a estabelecer regramentos para exploração direta ou indireta dos serviços públicos de loterias, denominado Loteria de Belém – LOTBEL", constante no Processo nº 401/2024. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às catorze horas e dezenove minutos. Estavam licenciados os vereadores Bieco e Altair Brandão. Justificaram suas ausências os vereadores Augusto Santos, Blenda Quaresma, Fábio Souza, Juá Belém, Matheus Cavalcante e Paulo Queiroz. Estavam presentes os vereadores: Neném Albuquerque, Goleiro Vinícius, John Wayne, Pablo Farah, Roni Gás e Wellington Magalhães, pelo MDB; Renan Normando, Miguel Rodrigues e José Dinelly, pelo bloco PP – Podemos; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo bloco PT – PC do B; Fabrício Gama e Lulu das Comunidades, pelo bloco União Brasil – Agir; Gizelle Freitas, Fernando Carneiro, Sílvia Letícia e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Josias Higino, Pastora Salete e Túlio Neves, pelo PSD; Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Émerson Sampaio, pelo Cidadania; Allan Pombo e João Coelho, pelo PDT; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Gleisson Oliveira, pelo PSB. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Auditório João Batista, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, dia dez de abril de 2024.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário